

O EDUCADOR SOCIAL NO AMAPÁ: desafios de um sistema em convulsão.

HENRIQUE CARDOSO LEMOS ¹

RESUMO

O texto traz uma reflexão acerca do papel do educador social como transformador de realidades do meio em que atua, seja como mediador, aquele que está entre o desafio de sensibilizar o educando ou seu público alvo apresentando responsabilidades e o mundo que o cerca, sem deixar de mostrar a experiência de quase 10 anos de trabalho do autor em um sistema socioeducativo no Estado do Amapá.

Palavras chaves: Educador Social, Adolescente em conflito com a Lei, Sistema Socioeducativo.

1. Introdução

Diferente do modelo clássico do professor em sala de aula, com quadro negro e giz, o Educador Social no sistema socioeducativo, lida com adolescentes que cometeram atos infracionais e nada mais interessante salientar também vítimas de uma sociedade perversa, doente e empobrecida cada vez mais incapaz de pensar em uma segunda chance, levada por extremos.

Os adolescentes com os quais trabalhamos cometeram sim atos infracionais análogos a crimes como versa a Lei brasileira. Devemos abrir nossa mente para uma reflexão digna acerca da nossa sociedade. Muitos destes adolescentes são negros, pardos e vítimas desde criança de políticas públicas que nunca os alcançaram, isto falando de uma forma geral sem comentar aqui os casos de personalidades e ídolos que também precisam estar destacadas.

Sem precisar em números até pela falta destes e tecendo uma opinião de caráter observativo, estes jovens perdem suas famílias muito cedo. Estes têm exemplos muito cedo com mulheres de suas famílias vítimas de seus companheiros, familiares usuários de drogas, moradores de rua, miséria, entre outros casos de pessoas em risco.

O educador social deve se expor a esta realidade e tentar moldá-la. Também ajudam famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos e comunitários. O objetivo é resgatar pessoas em risco e torná-las ativas, conhecedoras de direitos e

1. **Henrique Cardoso Lemos**, Pedagogo e Especialista em Docência do Ensino Superior-
hcardosolemos747@outlook.com

responsabilidades.

Em nossa realidade regional, o Educador Social é um técnico superior, no caso específico do sistema socioeducativo, existindo também este profissional em nível médio que está habilitado a intervir em ações com crianças, jovens, adultos, e em contextos sociais, culturais e educativos diversos.

A Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Amapá, possui Educadores Sociais de Nível Superior, contratados pelo Governo do Estado do Amapá, no ano de 2004/2005. Estes profissionais formam uma equipe multidisciplinar com diversas formações conforme campo de atuação sendo eles: Pedagogos, Advogados, Assistentes Sociais, Psicólogos, Arte Educadores e Nutricionistas. Na FCRIA atuam buscando ressocializar adolescentes que cometem atos infracionais e que recebem medidas socioeducativas em meio fechado e semiaberto. Outrossim não podemos deixar de falar do meio aberto sob responsabilidade das Prefeituras Municipais em que em tese tem os CREAS como órgão responsáveis por esta demanda social.

Devemos observar que o Educador Social não trabalha só com indivíduos em situação de vulnerabilidade, mas também com pessoas, independentemente da etapa de vida em que se encontram, estejam ou não em situação de vulnerabilidade social.

O Educador Social, enquanto profissional, estabelece uma relação de proximidade que permite valorizar a importância de cada situação de forma particular, de modo a que cada indivíduo se sinta único, portanto trabalham de forma individual e particular com cada indivíduo e seus familiares. Um Educador Social é um profissional q apto para intervir nas mais diversas situações.

Leia mais: <http://interacaoeducativa.webnode.com.br/news/o-que-faz-um-educador-social-/http://www.webnode.com.br>.

2. Apanhado histórico

Segundo o Wikipédia, a educação social surge em [Portugal](#) nos finais da década de setenta. Inicialmente como um curso técnico-profissional, com equivalência ao 12º ano de escolaridade. Nos finais da década de oitenta, começaram a surgir cursos de educação social, de nível de [bacharelato](#), com a duração de três anos, lecionados nas Escolas Superiores de Educação, como é o caso da [Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto](#).

Inicialmente, o curso técnico-profissional e o bacharelato de educação social, tinham como finalidade desenvolver atividades recreativas para os indivíduos com que intervinha, abrangendo tanto crianças, adultos e idosos, sendo este tipo de metodologia e intervenção muito semelhante à utilizada na animação social, cultural e recreativa. Daí acontecer por várias vezes a confusão entre o papel de um animador social ou cultural e o do verdadeiro papel do educador social.

Posteriormente, em 1996, foi homologada a primeira licenciatura em educação social, desenvolvida pela [Universidade Portucalense Infante D. Henrique](#) (UPT), no [Porto](#). A partir desse momento, escolas superiores públicas e as universidades privadas começaram a ter mais ofertas nessa licenciatura.^[1]

2.1 Competências

O papel do educador social está intrinsecamente ligado a uma perspetiva educativa, muito distanciado do registo assistencialista. Neste sentido, ganha cada vez mais consenso a expressão “profissionais do trabalho social e educativo”, que enfatiza o compromisso educativo, no trabalho social, exercido por este profissional. A educação social é uma forma de intervenção socioeducativa, ou ajuda educativa, a pessoas ou grupos em situação de maior vulnerabilidade social, ou em situação de risco. A ciência base da educação social é a [pedagogia social](#), conferindo a essa profissão uma maior fidedignidade.

Neste sentido, o exercício profissional da educação social requer dos seus profissionais uma formação rigorosa, inicial e contínua, que permita incorporar novos saberes e adquirir uma postura favorável para adaptar-se a novos desafios e realidades. A educação social deve acompanhar as políticas sociais e participar permanentemente na negociação do contrato social.^[2]

O educador social baseia o seu papel profissional na abordagem entre o indivíduo e o meio, em que o educando adquire as ferramentas necessárias para assumir a autonomia de vida, através de projetos educativos, desenvolvidos em conjunto entre educador social e educando, com o objetivo primordial de aumentar competências.^[3]

O educador social orienta toda a sua conduta pela sua ética pessoal e pauta-se pelo código deontológico profissional, código esse, que deve ser entendido como uma forma de promover a postura reflexiva em torno de um conjunto de princípios e regras, que devem auto-regular as práticas profissionais do técnico superior de educação social, como refere o código deontológico desse profissional:

“

Este Código baseia-se juridicamente na Constituição da República Portuguesa (1976), na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), na Convenção Europeia para a Salvaguarda dos Direitos Humanos (1950), na Carta Social Europeia (1965), na Convenção sobre os Direitos da Criança (Nova Iorque, 1989), anunciada na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000) e no Tratado de Lisboa (2007).^[4]

”

O objetivo da criação de um código deontológico para o educador social visa essencialmente o reconhecimento dessa profissão como sendo possuidora de um caráter pedagógico, que é exercida em contextos sócio-educativos, tendo como base de intervenção a criação de técnicas mediadoras e projetos educativos comunitários, que são da competência profissional do técnico superior de educação social. No dia 2 de outubro, comemora-se o dia internacional do educador social.^[5]

2.2 No Brasil

Sua atuação não está restrita às escolas podendo ser exercida, por exemplo, em hospitais,^[6] mulheres, negros, indígenas e homossexuais.^[7] Entre as atividades a cargo do educador social estão as ações de incentivo à leitura e monitoramento do bem estar dos estudantes.^[8]

O educador social precisa estar preparado psicologicamente e fisicamente para lidar com diversos casos e problemas, com pessoas desprovidas de atenção e geralmente carentes de valores morais. Tendo que entender e integrar uma diversidade de pessoas de diferentes grupos sociais, com o intuito de gerar uma totalidade, o educador social deve contribuir para o melhoramento e transformação da sociedade através de projetos e atividades, de modo a que prepare o indivíduo para conviver em sociedade, respeitando e lidando com regras, vivendo junto com seus companheiros, independentemente de ser um membro de sua escola, família ou comunidade.^[9]

No Brasil o dia do educador social é comemorado a 19 de setembro, no aniversário de nascimento de Paulo Freire.^[10]

2.2.1 Formação

Em 2005, a profissão foi reconhecida do Ministério do Trabalho, mas não regulamentada. Dois projetos, no Senado e no Congresso Nacional, pretendem trazer progresso, mas ainda não foram votados.

Permeados por essa diversidade, encontramos desafios para educar na atualidade, pois educar nos exige: Rigoriedade metódica; Pesquisa; Respeito ao educando; Corporificação das palavras pelo exemplo; Aceitação do novo; Rejeição de qualquer forma de discriminação; Reflexão crítica sobre a prática; Bom senso, humildade, alegria e tolerância e essencialmente convicção de que a mudança é possível.

Nesse contexto, situa-se o Educador Social sendo o profissional que trabalha com usuários em situação de vulnerabilidade social, os quais são partícipes de programas e projetos sociais, não sendo satisfatório apenas o seu domínio quanto ao saber teórico ou na boa intenção. Suas ações não são unicamente *pedagógicas*, mas também *políticas* ou *ideológicas*.

[funcao-importante-mas-profissao-nao-e-regulamentada.](#)

Segundo Santos (2010) esse profissional deve desenvolver: Um respeito real e profundo pelo ser humano; Capacidade para perceber, na comunicação, os aspectos que subjazem à palavra dita; Transparência na sua forma de ser;

Diante dessas exigências ao Educador Social, é relevante citar que esta profissão é cercada por outras profissões e especializações, as quais têm papéis fundamentais para a complementação do atendimento de situações que fogem do âmbito de intervenção e atribuição do educador social.

No cotidiano observamos o quão é importante analisarmos o ser humano, buscar ver o ser antes de suas atitudes, mas isto não depende tão somente de discursos. Isto requer a criação de uma identidade profissional que ainda não temos sejamos educadores de nível médio ou superior.

Cometemos ainda muitos erros evidentemente, entre os estes a falta de clareza do que queremos de fato é o nosso trabalho, como intervir e quais parâmetros utilizar. Precisamos mais do que nunca valorizar a construção de um modelo viável para a FCRIA (Fundação da Criança e do Adolescente), superando as dicotomias e individualidades e exercendo nossa finalidade pública que o que parece precisa ser definida.

O trabalho tem perdido seu objetivo nos últimos anos e deve ser complementado para que possa continuar a ser referência no meio, pois a sociedade também mudou.

Uma das chaves é investir nos profissionais que atuam na fundação em especial os educadores sociais como um todo e a principal injeção vem com a valorização profissional.

Nos últimos anos este trabalho tem sido relegado ao segundo plano, sendo este na verdade a mola propulsora do desenvolvimento Institucional. Observa-se em linhas gerais estes profissionais passam por uma profunda depressão e desgosto, seja pelos baixos salários, pela incompreensão de seu papel dentro da instituição e mesmo pela carga de responsabilidade que é pesada, dentro de um sistema sem recursos e sem

muitos instrumentos de atuação, objetivando entregar um ser humano melhor para a sociedade. Há que inclusive pense que prisão resolveria todos os problemas de nossos adolescentes, esquecendo-se que mesmo dos adultos não resolve. A melhor saída é matar, humilhar e segregar. Nós devemos uma reflexão à sociedade, para poder atuar pois os dois caminhos apresentados acima sempre se encontrarão. Sempre teremos pessoas vendo adolescentes que cometem atos infracionais como vítimas da sociedade e outros acreditando que a morte é a melhor saída, pois esta é uma dualidade de nossa sociedade.

Ante ao que se expõe, precisamos verdadeiramente exercitar o nosso eu para renúncias, quebra de paradigmas. Enfim, precisamos aprender a ser mais humanos do que já somos, mesmo quando nossos limites parecem ter alcançado o ápice. O papel do ser humano que exerce a função de Educador Social dentro de um sistema socioeducativo é relevante para nossos dias.

Parece não ser fácil acreditar que o termo menor se tornou sinônimo de impunidade o que aumenta a cada dia passa o ressentimento negativo de nossa sociedade, como se o sistema prisional fosse nosso grande redentor. Não é demasiado repetir que muitos são os desafios e poucos são os instrumentos. É verdade que a superação do status quo dependerá da característica pessoal e da vontade de cada educador social na luta pela busca da superação cotidiana pela resiliência de pessoas em conflito com a lei.

2.1.2 ESTILOS DE EDUCADORES

Segundo Mezzaroba (2008), existem quatro tipos de educadores:

a) Educador resignado: centra-se nos aspectos pouco estimulantes de sua profissão; queixa-se de tudo – mas pouco trabalha para melhorar as coisas;

b) Educador tecnicizado: excessivamente aplicador dos recursos; rigorosamente técnico, mas desvinculado do “*social*”;

c) Educador conformista: mero executor de suas atividades; sem excessivas *esperanças* e sem graves decepções;

d) Educador crítico: “*realista*”, porém não estranho à uma atitude proativa; otimizador; apóia alternativas inovadoras de melhora; destaca-se por sua atitude construtiva e otimista; sempre olha para frente; capta os desajustes e contribui para melhora do seu trabalho;

Cada ser humano tem sua particularidade. A aprendizagem é um processo contínuo e necessitamos a cada dia que passa de estímulos principalmente neste trabalho difícil de atuar. Para resumo da história fazemos um resumido desabafo: neste trabalho muitas vezes saímos de casa para tomar banho de urina, trabalhar em meio a “guerra” de fezes, brigas violentas, maus – tratos, indisposição de servidores que não concordam com a Lei.

O educador social, amapaense trabalha em meio a incompreensão de um sistema complexo, carente, doravante sem rumos certos, que depende de caminhar com um pires na mão, dependendo de tudo e todos. Aliado a isto não podemos deixar de verificar uma sociedade que não compreende o SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

Ante a todas as fraturas expostas em forma de problemas não existe lugar para o eu. A cobrança institucional, legal é no sentido de superar nossos preconceitos para ver o ser humano antes de qualquer atitude que este possa vir a ter.

No tocante ao sistema socioeducativo estadual e cá em meio a roupantes filosóficos surge a sensação de perda em muitas situações dado todas as razões que as leis ou a dignidade possam te dar, o que gera conflitos de gerações, indignação e questionamentos sobre pontos da própria Lei 8.069/1990 que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente. A Política Estadual de Garantia de Direitos ainda faz parte das negociatas políticas em busca de cargos sem o olhar para o desenvolvimento dos servidores, sem olhar a experiência acumulada e as necessidades específicas do trabalho, de seu pesar.

Considerações finais:

Diversas são os caminhos teóricos sobre o trabalho do educador social, mais o importante da abordagem deste tema vem da necessidade do Amapá construir pouco a pouco suas características no que tange a esta profissão que requer uma formação básica

considerando as necessidades da FCRIA, enquanto instituição. O educador Social deve se tornar um grande instrumento para os fins a que se propõe o SINASE e o ECA.

A fundação deve buscar uma saída para a profunda depressão em que se encontra. Deve proporcionar novos desafios, e estimular novos caminhos. Criar oportunidades de transformação. Criar soluções e analisar o momento político que se enquadra. O cenário mostra o clamor social para as mudanças nas Leis, que tratam dos atos infracionais.

Os profissionais encontram-se mergulhados em um incêndio crônico em meio as contradições políticas impostas por negociatas, sem realmente observar a necessidade de um levante, estrutural e conjuntural. A lei deve ser estudada por todos os operadores do sistema. Outrossim, a capacitação deve ser permanente. A valorização, vem com o fato de o servidor ser notado, parabenizado, elogiado, bem remunerado.

As mudanças devem vir, somente não estão claros os rumos a serem tomados. Seja o que for o papel do educador social deve ser resinificado de forma a atender aos anseios sociais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SANTOS, André Michel. **Perfil do Educador Social: experiências e reflexões** P@rtes.V.00 p.eletrônica. Fevereiro de 2010. Disponível em . Acesso em _/_/_.

MEZZARROBA, Solange Maria Beggiato. **O papel do Educador Social: superando. desafios.** Disponível em: http://capacitacao.secj.pr.gov.br/arquivos/File/O_PAPEL_DO_EDUCADOR_SOCIAL.ppt. Acesso em: 14 set. 2008